



1  
2 **ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
3 **Do Conselho Consultivo da APA SUL RMBH**

4  
5 Data: 13 de fevereiro de 2014

6 Local: Sede do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça

7 Horário: 14h00 às 17h00  
8

9 Aos treze de fevereiro de 2014 reuniu-se o Conselho Consultivo da Área de Proteção  
10 Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte – APA SUL RMBH, na Sede do  
11 Parque Estadual da Serra do Rola-Moça. Estiveram presentes o gestor e Presidente do  
12 Conselho Consultivo da APA SUL RMBH, senhor Luiz Roberto Bendia, a Secretária  
13 Executiva do Conselho, Bianca Camba Fernandes, e os seguintes conselheiros: UFMG,  
14 Janise Bruno Dias; COPASA, Juliana Carvalho Figueiredo; IEPHA, Clarice Murta;  
15 Prefeitura Municipal de Rio Acima, Adriana Freitas Mariano; FIEMG, Thiago Rodrigues  
16 Cavalcanti e Celso Scalabrini Costa; IBRAM, João Carlos de Melo; FAEMG, Ana Paula  
17 Bicalho de Mello; PROMUTUCA, Walmir de Castro Braga; CIBAPAR, Rodrigo Torres. Os  
18 visitantes: Gran Viver, Sara Passos; IEF/PESRM, Marcus Vinicius de Freitas; Vale S.A,  
19 Mauro Lobo; Clube Campestre Belo Horizonte, Antônio Mello; PROMUTUCA, Suellen  
20 Rodrigues; CIBAPAR, Guilherme Morais **1. Apresentação inicial.** O Presidente dá as boas  
21 vindas ao conselho e pede desculpas pelo erro no item 3 da pauta. O conselheiro Walmir  
22 Braga informa que houve erro também na numeração da ata que será analisada, não será  
23 a ata da 31ª reunião ordinária e sim a ata da 32ª reunião ordinária. **1.1 Justificativas de**  
24 **faltas.** Não houve. **1.2. Inscrições para manifestação de interessados.** Inscrição do  
25 representante da empresa AngloGold, Celso Scalabrini Costa. O Presidente adianta que  
26 a AngloGold solicitou que o empreendimento Mina Córrego do Sítio entrasse na pauta  
27 dessa reunião, porém, além da gerência não estar de posse do Parecer Único da Supram,  
28 a solicitação deve constar de pauta da convocação, conforme acordado no Conselho. O  
29 representante da Anglo-Gold solicitou então que fosse verificada a possibilidade de uma  
30 reunião extraordinária e a formação do grupo de trabalho. Após ponderação do Presidente  
31 sobre a proximidade do Carnaval, e logo após a reunião ordinária, o representante Celso  
32 Scalabrini declina da reunião extraordinária, mas solicita a formação do grupo de  
33 trabalho. O Presidente informa que a formação desse grupo será feito no item 3.  
34 **Autorizações. 1.3. Aprovação de pauta.** Pauta aprovada. **1.4 Aprovação da ata da 32ª**  
35 **Reunião Ordinária.** Houve correção nas linhas 70,101,103,104,107 e algumas correções  
36 ortográficas. Na fala da conselheira Melissa, linha 125, será feita consulta a conselheira e  
37 depois repassada ao conselho. Ata aprovada. **2. Informes administrativos. 2.1 Informes**  
38 **gerais do gestor da unidade de conservação.** O Presidente mostra ao conselho o livro  
39 que a gerência da APA SUL recebeu intitulado Flores da Serra da Moeda, de autoria de  
40 Leda Afonso Martens, patrocinado pela empresa Vale. Tece comentários elogiosos à  
41 pessoa de Leda Martens, que a conheceu pessoalmente, o apoio que recebeu da UFMG e  
42 da USP, e solicita ao conselheiro representante da Vale, Mauro Lobo, para disponibilizar  
43 alguns exemplares para o Conselho. O Presidente informa sobre a reunião de gerentes que  
44 acontecerá no Parque Estadual do Rio Doce na próxima semana, em que fará uma  
45 apresentação sobre a forma como o Termo de Referência para o Plano de Manejo da APA  
46 SUL RMBH foi concebido. Fala sobre a reunião com o diretor do Previncêndio, Rodrigo  
47 Belo, em que foram discutidas as parcerias com as secretárias de meio ambiente das



48 prefeituras que compõem a APA SUL na prevenção e combate a incêndios florestais. O  
49 Presidente fala também da parceria com a secretaria de meio ambiente de Rio Acima,  
50 lembra do último seminário que houve no Canto das águas e informa que planeja um  
51 seminário para acontecer nos próximos meses. A conselheira Adriana Mariano,  
52 representante da secretaria de meio ambiente de Rio Acima, diz que está à disposição. O  
53 conselheiro Walmir Braga informa que nem sempre as prefeituras estão completamente  
54 aparelhadas e não tem conhecimento das brigadas que existem. Cita como, por exemplo, a  
55 brigada do PROMUTUCA e da Morro Velho, que pode ser feita uma coordenação com  
56 essas brigadas. Sugere que nesse seminário, além de serem convidadas as prefeituras,  
57 que o convite se estenda ao CODEMA dos municípios e as ONG's. A conselheira Adriana  
58 Mariano informa que em Rio Acima possui equipamentos EPIs de doação, mas não possui  
59 pessoal para a brigada. O conselheiro Walmir Braga informa que no PROMUTUCA não  
60 somente tem a brigada como ocorrem treinamentos e reciclagens. O Presidente informa  
61 sobre a escassez dos recursos que está acontecendo no Estado. E fala também sobre a  
62 compensação para a APA SUL, que seria uma caminhonete direcionada para combate a  
63 incêndios florestais. O conselheiro Walmir Braga sugere que se faça uma moção com  
64 relação a essa situação da APA SUL, e que seja enviada ao IEF e ao Estado de quando  
65 será regularizada a questão dos recursos. O Presidente informa que poderá fazer esse  
66 reforço, mas a questão não é o IEF ou o SISEMA e sim o Estado. O conselheiro Walmir  
67 Braga fala que é preciso que o Conselho exponha a situação ainda no início do ano, para  
68 que os recursos para a funcionalidade da APA SUL não seja contingenciada no orçamento  
69 do Estado e propõe a votação da moção. O Presidente fala sobre a situação ruim do  
70 veículo oficial, e comenta sobre a falta de Internet. O Presidente coloca em votação a  
71 sugestão do conselheiro Walmir Braga, o conselho votou e foi favorável a moção. **3.**  
72 **Autorizações. 3. Empreendimento da Minerações Brasileiras Reunidas S.A.,**  
73 **Ampliação da Instalação de Tratamento de Minério da Mina da Mutuca (LOC, Classe**  
74 **5), Nova Lima.** O Presidente pergunta aos conselheiros se eles irão se manifestar sobre o  
75 empreendimento da Vale já que se trata de uma LOC. Explica que esse empreendimento  
76 não tem supressão de vegetação, que apenas e irá aumentar o volume do tratamento de  
77 minério a seco e, que só haverá alteração no plant. E fala que colocou esse  
78 empreendimento por engano, confundiu esse processo com outro, já que tinha sido  
79 acordado com o conselho que LOC só passaria pelo conselho se achasse necessário. O  
80 Presidente pergunta ao conselho se haverá análise ou não desse empreendimento. O  
81 conselheiro Walmir Braga pede vistas ao processo. O Presidente diz que primeiro tem que  
82 haver a votação se o conselho irá analisar esse empreendimento. O conselheiro Walmir  
83 Braga solicita vistas novamente e informa que se não for concedido vista fará  
84 representação ao Ministério Público, e fala que não abre mão de ter vistas nesse processo  
85 e não abre mão de analisar qualquer LOC de empreendimentos na região da APA SUL, o  
86 que também comunicará ao Ministério Público, até para se eximir de qualquer  
87 responsabilidade pessoal, já que entende ser ilegal a proposta de não apresentação de  
88 LOC ao Conselho da APA SUL, mesmo que tenha eventualmente sido aprovada pelo  
89 Conselho. O Presidente justifica que na última reunião com a presença da Chefe de  
90 Gabinete foi discutida a não obrigatoriedade do conselho analisar empreendimento com  
91 LOC. E diz que concorda com o conselheiro Walmir, quando se trata de LOC para  
92 expansão, é como se fosse um novo empreendimento, mas a questão é que foi votado no  
93 último conselho que ele não traria processo de LOC para o conselho. E se o conselho  
94 decidir que não haverá análise, ele irá acatar. E se o conselheiro quiser levar esse assunto



95 ao Ministério Público será bom que se resolva essa questão, e o que o Ministério Público  
96 decidir ele acatará. O conselheiro Walmir Braga diz que não possui nenhuma deliberação  
97 na íntegra desse entendimento de processo de LOC não passar pelo conselho, e como  
98 conselheiro já fez relatórios sobre processos de LOC neste conselho. O Presidente propõe  
99 a votação. O conselheiro João Carlos de Melo, explica que nesse processo será o aumento  
100 da produção, não haverá nenhuma outra mudança, nenhum impacto ambiental. E cabe a  
101 SUPRAM acatar o licenciamento ou não quando há aumento na produção, e a SUPRAM  
102 acatou por isso gerou o licenciamento. O conselheiro Thiago Rodrigues pergunta ao  
103 Presidente qual é o posicionamento do IEF quanto á essa análise de LOC. O Presidente  
104 explica que anteriormente o conselho só analisava LP, de acordo com a resolução Semad  
105 027/98, e houve um momento no conselho antes de 2010 que consta em ata que o  
106 Conselho passaria a examinar LOC, quando se tratasse de modificação do  
107 empreendimento. E culminou com o trabalho de Regimento Interno, que está sob  
108 responsabilidade da Chefe de Gabinete, que esteve na última reunião, e inclusive o  
109 conselheiro Walmir Braga questionou a análise de LOC. E fala ainda que em conversa com  
110 a Chefe de Gabinete ficou acertado que só passaria pelo conselho processos de LOC que  
111 o gestor achasse pertinente. Foi advertido sobre o que determina a Resolução Conama  
112 428/2010, em seu Art. 5º, mas achou conveniente trazer esse empreendimento com a  
113 ressalva de que o conselho poderia votar se analisaria esse processo ou não. E se o  
114 conselho achar pertinente analisar será analisado. A conselheira Adriana Mariano fala que  
115 vê duas situações, primeiro que poderia se fechar uma regra em que LOC em que haja  
116 modificação de projeto viria a conselho, mas se não houver nenhuma modificação ou  
117 impacto ambiental não viria. Mas esse processo como já foi pautado o conselho poderia  
118 analisar, e resolver essa questão de qual processo passa ou não pelo Conselho, para que  
119 não fique tudo na responsabilidade do Presidente. E faz a proposta de que quando houver  
120 modificação do empreendimento passa pelo conselho e se não houver, não passa. A  
121 conselheira Janise Bruno Dias diz que concorda com a conselheira Adriana no caso desse  
122 empreendimento que já está pautado, e que para os próximos esclarecer se o Presidente  
123 tem a possibilidade ou não e em que caso se sentiria mais seguro com o respaldo do  
124 conselho. O conselheiro João Carlos de Mello, fala que a própria chefe de gabinete ficou de  
125 repassar um estudo sobre isso, no ano passado ainda. Foi feita na oportunidade essa  
126 mesma indagação a ela, sendo preciso ter o respaldo da área jurídica. E solicita, ainda,  
127 que o Presidente cobre isso e repasse ao conselho o mais rapidamente para evitar  
128 discussões futuras sobre esse assunto. O conselheiro Walmir Braga diz que só lembra que  
129 a literalidade da resolução Semad 027/98 não é exatamente o entendimento que tem sido  
130 expressado no sentido de que compete ao gerente da unidade as deliberações sobre levar  
131 ou não levar os processos para a análise do conselho consultivo, e cita o Art. 1º: “Os  
132 pedidos de concessão de Licença Prévia - LP para atividade ou empreendimento no âmbito  
133 da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte - APA-SUL,  
134 deverão ser submetidos a exame e manifestação de seu respectivo Conselho Consultivo.  
135 Parágrafo único - Em casos excepcionais, em função da potencialidade do impacto  
136 ambiental do empreendimento, o Conselho Consultivo da APA -SUL poderá, mediante  
137 requerimento dirigido à Secretaria Executiva do COPAM, se manifestar com relação às  
138 outras etapas do licenciamento de atividades de grande porte, correspondentes à Classe III  
139 a que se refere a Deliberação Normativa COPAM nº 01, de 22 de março de 1998”. E  
140 continua dizendo que o conselho pode até se manifestar na LI e na LO, é o conselho e não  
141 o gestor da unidade que deve decidir isto e reitera tudo que disse inclusive sustentado e



142 fundamentado pela resolução Semad supracitada. O conselheiro Thiago Rodrigues diz que  
143 concorda com o conselheiro em ter uma regra e acha que regra é fundamental tanto para o  
144 conselho como para o empreendedor para que este saiba na hora de iniciar o licenciamento  
145 ambiental o que tem que fazer para não ser pego de surpresa. Fala ainda que entende que  
146 já foi decidido na última reunião com a chefe de gabinete, e que no seu entendimento não é  
147 necessário a análise desse empreendimento, e que uma manifestação por escrito do IEF  
148 sobre esse assunto seria interessante. O Presidente pergunta ao conselho quem concorda  
149 com a manifestação para esse empreendimento. A maioria votou a favor da manifestação.  
150 O representante da Vale, Mauro Lobo, faz a apresentação do projeto “Instalação de  
151 Tratamento de Minério - Mina da Mutuca”. Localização e acesso: A mina da Mutuca  
152 localiza-se na saída de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, na BR-040, a cerca de 5 km  
153 do trevo do BH Shopping, no município de Nova Lima– MG. Um dos acessos à mina é pela  
154 BR-040, sob o viaduto da Mutuca. Instalação de Tratamento de Minério Mina da Mutuca:  
155 Buscando implementar avanços tecnológicos a empresa realizou melhorias nos processos  
156 e instalou novos equipamentos, ampliando, assim, a capacidade instalada de 7,5 para 10  
157 Mt/ ano. Foram implantadas a ITM à Seco (1Mt/ano) e ITM S (1,5Mt/ano), para permitir um  
158 melhor aproveitamento das hematitas ricas e dos finos de minério. Os 7,5 Mt/ano  
159 licenciados se referem à ITM à Úmido (processo úmido), e as ampliações a serem  
160 regularizadas na LOC se referem ao processo à seco. Tipo de Regularização: LOC;  
161 Processo COPAM: 077/1988/015/2013. Estudos: RCA; PCA. Supressão de Vegetação:  
162 0,38 ha de Floresta Estacional Semidecidual Inicial (Fragmento Isolado no Pátio da Usina).  
163 Outorga: Não é necessária nova outorga. Data de Implantação: 2008. Objeto: (a) ITM à  
164 Seco (1Mt/ano); (b) ITM S (1,5Mt/ano). ITM à Seco: Esta instalação permite a flexibilidade  
165 operacional de desvio de parte do ROM para uma peneira a seco, o que viabiliza uma  
166 produção de até 1 Mt. Este processo permite a produção de produto de minério de ferro  
167 sem a utilização de água, evitando ainda a geração de rejeito (ITM à Seco). ITMS: O  
168 objetivo da instalação da ITMS é a produção de Coarse Sinter feed (CSF), sendo a fração  
169 grosseira (partículas acima de 25 mm) enviadas para a pilha pulmão da ITM Mutuca. Desta  
170 forma, a produção de CSF na ITMS traz, um ganho em termos de produção, pois todo o  
171 minério fino abaixo de 25 mm e com alto teor de ferro que antes era considerado rejeito,  
172 passa a ser produto. A ITM S tem capacidade produtiva de 1,5 Mt. Unidades de  
173 conservação: O empreendimento está localizado dentro da Unidade de Conservação (UC)  
174 estadual APA Sul RMBH; O empreendimento está localizado na Zona de Amortecimento do  
175 Parque Estadual Serra do Rola Moça (PESRM). Considerações Finais: O ROM que  
176 abastece estas duas instalações é proveniente da mina de Capão Xavier, porém a unidade  
177 pode ser eventualmente alimentada com o ROM proveniente da mina de Mar Azul; As  
178 vantagens deste tipo de beneficiamento é a realização de um processo que não consome  
179 água e não gera rejeitos ou lamas que seriam destinados a barragens de rejeitos; A  
180 continuidade da operação das instalações de tratamento de minério na unidade operacional  
181 da mina da Mutuca, mesmo com a exaustão de suas reservas minerais, ocorrida em 2001,  
182 é estratégica para o beneficiamento do ROM de outras unidades (mina Mar Azul e mina  
183 Capão Xavier); Além disso, conta com infra-estrutura operacional com local para disposição  
184 de rejeito (cava exaurida da Mutuca), área administrativa e escoamento de produtos por  
185 meio de correia transportadora para o Terminal Ferroviário de Olhos d’Água. O conselheiro  
186 Walmir Braga informa que como já havia se manifestado, pede vista regimentalmente a  
187 esse processo e embora seja desnecessário justificar o pedido de vista, foi feito uma  
188 análise preliminar pelo Pro-Mutuca dos documentos apresentados e tem algumas dúvidas



189 e inclusive existem dois erros fortes no RCA e PCA e já foi protocolado ontem na SUPRAM  
190 a manifestação, e acredita na boa intenção da empresa Vale para tirar algumas dúvidas. O  
191 representante Mauro Lobo informa que sempre está disponível para qualquer conselheiro  
192 mesmo antes da reunião. O Presidente informa que o pedido de vista será apresentado na  
193 próxima reunião. O conselheiro Walmir Braga marca a data da reunião com o  
194 representante da Vale e convida aos demais conselheiros. O Presidente fala sobre o  
195 pedido do conselheiro Celso para a formação do grupo de trabalho para o empreendimento  
196 da AngloGold que entrará na pauta da próxima reunião. O grupo de trabalho foi formado  
197 com os seguintes conselheiros: Clarice Murta, João Carlos de Melo, Rodrigo Torres e  
198 Walmir Braga. **4. Assuntos Gerais. 4.1 Encaminhamento do Termo de Referência para**  
199 **elaboração do Plano de Manejo da APA SUL RMBH.** O Presidente informa que enviou a  
200 conclusão do termo de referencia para todos os conselheiros e que já foi enviado a GEUC  
201 para ser processado, mas nada impede que os conselheiros passem as considerações e  
202 ele repasse a GEUC. O conselheiro Walmir Braga informa que enviou suas considerações  
203 por e-mail, e disse que pode ser enviadas para todos os conselheiros. **4.2 Agenda aberta**  
204 **para manifestação de conselheiros.** O conselheiro Walmir Braga cita uma listagem de  
205 pendências para 33ª Reunião Ordinária, conforme ata da 32ª Reunião Ordinária. Linha 48:  
206 *“O Presidente a procurou com a necessidade de revisão de normas referentes ao*  
207 *Regimento Interno do Conselho Consultivo da APA SUL RMBH e a Resolução SEMAD*  
208 *027/98. Informa que essas normas foram levadas ao Gabinete e que será elaborada uma*  
209 *minuta do Regimento para que seja apresentadas ao Conselho para contribuições. Com*  
210 *relação à Resolução SEMAD será feita uma avaliação para verificar se será renovada,*  
211 *poderá ser a título de norma ou a roupagem poderá mudar, os estudos jurídicos estão*  
212 *sendo feitos para se saber se será revogada e substituída por uma portaria, ou se será*  
213 *incorporada ao novo Regimento Interno. Esclarece que tudo será avaliado desde o objeto*  
214 *da norma até todas as tratativas mediante as necessidades do Conselho e da gerência da*  
215 *unidade de conservação, e que dará a roupagem correta. As propostas serão passadas*  
216 *para o Conselho dar contribuições e assim elaborar uma roupagem normativa correta para*  
217 *posterior publicação.”* Solicitação de esclarecimentos: A) Como está a minuta do  
218 Regimento para contribuições ? B) E a Resolução SEMAD ? Linha 86: “O Presidente  
219 informa que no próximo ano fará a recondução do conselho e solicita para que os  
220 conselheiros enviem a documentação necessária para a recondução.” Solicitação de  
221 esclarecimento: quando devem ser enviados e quais os documentos ? Linha 100: “O  
222 conselheiro Walmir Braga pergunta se há uma previsão ou mesmo cronograma tentativo  
223 para esses trabalhos serem feitos. A Chefe de Gabinete informa que não elaborou um  
224 cronograma para esses trabalhos, mas que isso é uma prioridade dentre os outros  
225 assuntos do gabinete, mas que estão levantamento um Plano de Manejo de todas as  
226 unidades para depois fechar o cronograma as que pode consultar a área técnica e tentar  
227 um cronograma e passará para o Presidente dar encaminhamento. O conselheiro Walmir  
228 Braga diz que gostaria de ter um cronograma ate a próxima reunião, mesmo que seja em  
229 grandes datas como “até a copa” ou “até os jogos olímpicos”.“Solicitação de  
230 esclarecimento: Como está a contratação e se já há cronograma ? Linha 125: “ ...O  
231 Presidente informa que se trata de tipo de regularização para tratamento de esgoto  
232 sanitário com vazão média de 25 litros por segundo. O conselheiro Walmir Braga diz que  
233 gostaria de ter cópia de tudo que foi apresentado para esse processo,” Solicitação de  
234 esclarecimento: se a cópia está disponibilizada? Linha 184: “O conselheiro José Carlos  
235 Manetta fala sobre a sua proposta de fazer um seminário com a Brandt para o conselho



236 conhecer melhor o zoneamento feito por ela (Brandt) em 2006 para que o conselho possa  
237 começar a trabalhar com essa ferramenta, e gostaria de colocar essa proposta em votação.  
238 Foi aprovada a proposta do conselheiro José Carlos Manetta.” Solicitação de  
239 esclarecimento: se a proposta aprovada teve andamento? O Presidente informa que não  
240 houve andamento. O conselheiro Walmir Braga volta a sua listagem e cita: Linha 203: “**2.2**  
241 **Aprovação de agenda para reuniões do Conselho Consultivo em 2014.** Agenda  
242 aprovada.” Solicitação de esclarecimento: qual a agenda específica. Tinha esta reunião de  
243 fevereiro agendada para outro dia. O presidente informa que houve um lapso na  
244 agenda. Linha 252: “**3.2 Empreendimento da empresa Tejucana, Pilha de Estéril /**  
245 **Rejeito, Unidade de Tratamento de Minerais, Lavra a céu aberto sem tratamento ou**  
246 **com tratamento a seco, Dragagem para desassoreamento em corpos d’água (LOC) –**  
247 **Brumadinho...**” Linha 280: “... O empreendimento será pautado para a próxima reunião  
248 extraordinária.” Solicitação de esclarecimento: como ficou e porque não foi pautado ? O  
249 Presidente informa que recebeu uma comunicação da SUPRAM Central que esse processo  
250 foi retirado do licenciamento porque a gerencia da APA SUL já tinha concedida uma  
251 autorização em 2010 para 600 toneladas/ano ea autorização atual seria para 300 toneladas  
252 ano. O conselheiro Walmir Braga pede cópia dessa comunicação da SUPRAM Central e  
253 volta a sua listagem e cita: Linha 303: “... O conselheiro Walmir Braga fala que para tornar  
254 seu pedido mais específico, solicita que a SUPRAM envie relatórios dos cinco últimos  
255 empreendimentos que passaram pelo conselho da APA SUL” O Presidente informa que já  
256 por e-mail a todos os conselheiros. O conselheiro Walmir Braga informa que não recebeu e  
257 solicita ao Presidente que envie. O conselheiro Walmir Braga volta a sua listagem e cita:  
258 Linha 314: “O conselheiro Walmir Braga fala mais vez que de forma concreta que solicita  
259 ao gestor da unidade que peça a SUPRAM as cópias para saber como foram tratadas as  
260 deliberações do conselho. Solicita cópia das autorizações enviadas à SUPRAM e cópia dos  
261 pareceres da SUPRAM.” E informa que essas são as pendências da ultima reunião. **4.3**  
262 **Agenda aberta para manifestação de visitantes.** Não houve. **5. Encerramento.** Nada  
263 mais havendo a tratar, o Conselheiro Presidente encerrou a 33a (trigésima terceira)  
264 Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da qual foi lavrada a presente ata pela  
265 Secretária Executiva.

266  
267 **Original assinado**  
**Luiz Roberto Bendia**  
268 Presidente do Conselho  
269

Original assinado  
**Bianca Camba Fernandes**  
Secretária Executiva do Conselho

270 Conselheiros com direito a voto: 1) Adriana Freitas Mariano, 2) Ana Paula Bicalho de  
271 Mello, 3) Clarice Murta, 4) Janise Bruno Dias, 5) João Carlos de Melo, 6) Juliana Carvalho  
272 Figueiredo, 7) Rodrigo Torres, 8) Thiago Rodrigues Cavalcanti, 9) Walmir de Castro Braga